



Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal
Tel.: (61) 2103-7200 – Fax: (61) 2103-7221
www.condsef.org.br
condsef@condsef.org.br – comunica@condsef.org.br

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA CONDSEF COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Data: **10 e 11/07/2013.**

Local: **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).**

Presentes: **MTE: Luiz Eduardo Lemos da Conceição (Coordenador-Geral de Recursos Humanos) e Silene Rosa Sampaio (Coordenação de Legislação de Pessoal);**
CONDSEF: Rogério Antônio Expedito e José Carlos de Oliveira;
Coordenadores do DEMITRE/CONDSEF;
CUT: Pedro Armengol de Souza.

Pauta: **Pauta de Reivindicações dos Trabalhadores do MTE.**

Haja vista as demandas da base CONDSEF, por ocasião da Plenária Nacional ocorrida em março de 2013, a CONDSEF reivindicou uma reunião direta com o Ministro; todavia, como o gabinete dele alegou que só teria agenda para agosto, houve uma reunião preliminar com o Chefe de Gabinete do Ministro.

Após ciência de que os assuntos da pauta de reivindicações já eram do conhecimento do Secretário-Executivo, foi sugerida uma reunião com a CGRH para detalhamentos das reivindicações; cuja reunião ocorreu nas datas acima.

Os pontos que foram discutidos:

1. Extensão do turno ininterrupto para todos os setores de atendimento ao público – A CGRH informou que iniciou a extensão da homologação para alguns estados e que existem solicitações pendentes de assinatura do Ministro. Todavia, para outros setores além daqueles contemplados não houve avanços; a CONDSEF ficou de elaborar uma proposta de alteração da Portaria descentralizando a aplicação do turno ininterrupto.
2. Horário alternativo de 7h ininterruptas para setores meios, nos moldes do TCU, Judiciário, Anatel; a CGRH ficou de elaborar uma proposta conjunta com a CONDSEF para ser discutida no SRT do MPOG.
3. Reposição das horas da greve por intermédio de demandas reprimidas – O MTE realizará um estudo da viabilidade desta proposta;
4. Continuidade das negociações por melhores condições de trabalho – A CGRH enviará os arquivos do levantamento dos estudos realizados nos estados pela Secretaria-Executiva;
5. Concurso Público para servidores administrativos conforme Aviso Ministerial do Ministério do Trabalho e Emprego – A CGRH informou que o

- MPOG sinalizou com a liberação de concurso: 415 servidores administrativos de nível médio e 35 servidores de nível superior; todavia, a CONDSEF deverá apoiar o MTE perante o MPOG para que esse efetive a autorização;
6. Combate à terceirização ilícita no MTE – A CGRH informou que a SPOA/CGRH não autorizou contratações em atividades típicas do MTE, especialmente, em áreas sensíveis do órgão;
 7. Retorno do quadro de vigilantes nas Unidades do MTE – A CGRH informou que enviará o pleito à Secretaria-Executiva, inclusive, que o órgão não pode ficar desguarnecido, especialmente, por causa dos turnos ininterruptos;
 8. Resposta ao comprometimento do MTE em face da revogação da Portaria 2551 – A CGRH encaminhará a demanda para a Secretária-Executiva propondo a revogação por ser a quem compete revogar este instrumento normativo;
 9. Análise de recursos administrativos nos moldes da análise de processos pelos AFTs – A CGRH entende que há viabilidade para esta proposta e sugeriu a construção conjunta com a CONDSEF de um projeto piloto;
 10. Resposta ao comprometimento do MTE em relação à descentralização das FCT, DAS e GSSIT para os estados – A CGRH entende que esta proposta demanda ações da CONDSEF perante o MPOG;
 11. Cumprimento do acordo de greve para a implantação de Projetos de Mutirões nos estados – A CGRH entende que cabe aos superintendentes decidir sobre as demandas. Por outro lado, os estados que tiverem dificuldades para a implementação dos mutirões deverão contatar as entidades sindicais dos estados para a efetivação dos acordos;
 12. Resposta ao comprometimento do MTE em face de PADs abusivos contra servidores administrativos – A CGRH enviará a demanda à Secretaria-Executiva e a CONDSEF enviará estudos contra os PADs para a CGRH;
 13. Impedimento do fechamento de Unidades e da redução do quadro de vigilantes – A CGRH informou que o concurso para administrativos priorizará as Gerências e Agências com quadro reduzido de pessoal ou sem servidores administrativos;
 14. Resposta ao comprometimento do MTE em face do encaminhamento efetivo de consulta aos superintendentes referente aos estados que ainda não aderiram ao turno ininterrupto – A CGRH efetivará a consulta;
 15. Criação de comissão de ética nos estados para o combate ao assédio moral – A CGRH contatará a comissão de ética do MTE e convocará representantes dos estados (01 delegado sindical) para numa reunião nacional tratar do tema;
 16. Suspensão do REP em face das péssimas condições de trabalho – Não houve avanços;
 17. Extensão da gratificação da Lei nº 12.277 e a criação de gratificação específica do MTE – A CGRH se comprometeu a apoiar o pleito perante o MPOG;

18. Suspensão imediata do corte do ponto pela não reposição das horas da greve em face da suspensão da Petição nº 7920 do STJ, em anexo, por repercussão geral no STF – Decisão do Ministro Gilson DIPP – A CGRH enviou a decisão para parecer da CONJUR;
19. Ademais, a CGRH se comprometeu a enviar resposta referente à pauta acima à CONDSEF e membros do DEMITRE até o dia 16/08/2013, possivelmente havendo uma nova reunião em 19/08.
20. Por outro lado, a CONDSEF convidará as demais entidades nacionais dos servidores administrativos do MTE para a definição da data do encontro nacional dos servidores administrativos do MTE.

Brasília-DF, 11 de julho de 2013.


José Carlos de Oliveira


Rogério Antônio Expedito

Diretores da CONDSEF